

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS FAMÍLIAS COM FILHOS QUE TEM TRANSTORNO MENTAL

Maria Girlene Callado da Silva (1); Maria Iveni de Lima Silva (1); Vanessa Azevedo Cabral da Silva (2)

1 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA E-mail: girenecallado@hotmail.com

1 Universidade Federal de Pernambuco-UFPE/ CAA E-mail ivenilima@gmail.com

2 Universidade Norte do Paraná, vanessaazevedocabral@gmail.com

Resumo: Este artigo é fruto de um estudo realizado na disciplina de educação especial ofertada no curso de graduação em pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA). Neste trabalho refletimos sobre os principais desafios que os pais que tem filhos com transtorno mental enfrentam. Tem como objetivo analisar os desafios que os pais que tem filhos com transtorno mental enfrentam para a inclusão social e educacional desses. Como desmembramentos desse objetivo temos: a) discutir os principais elementos de inclusão para a criança com transtorno mental; b) compreender como as crianças com transtorno mental são incluídas na sociedade. O aporte teórico se apresenta a partir de discussões e aproximações em debate sobre o ensino de educação inclusiva. Os procedimentos metodológicos de coleta dos dados foram à entrevista. Os resultados da pesquisa nos possibilitaram identificar os principais desafios que os pais de filhos com transtorno mental enfrentam para a inclusão social e educacional desses. Este desafio diz respeito ao preconceito enfrentado na sociedade que ainda aparece de forma muito presente. Percebemos também que as práticas educativas para crianças com transtorno mental de fato acontecem no CAPS de forma variada, seja por meio de debates, práticas estimuladoras do autocuidado e jogos, e com as orientações para compreender a importância da saúde desde pequenos(as), todas essas remetendo esses sujeitos a uma condição de se sentirem mais incluídos no meio social.

Palavras-chave: Educação inclusiva, transtorno mental, família.

Introdução

Essa pesquisa, surgiu do desejo de conhecer os principais desafios que os pais de crianças com transtorno mental enfrentam para a inclusão social desses na sociedade, este diálogo faz parte de um estudo realizado na disciplina de educação especial ofertada no curso de graduação em pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA), a qual nos possibilitou o contato com leituras e releituras sobre essa temática.

Falar em crianças com transtorno mental é um grande desafio, pois, historicamente sujeitos com esse tipo de deficiência foram excluídos socialmente, sendo isolados em manicômios, longe de seus familiares e a mercê de

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

tratamentos por vezes desumanos. Assim, a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) visou à eliminação desses manicômios, propondo tratamento realizado por profissionais tais como: psicólogo, psiquiatra, enfermeiro, pedagogo, educador físico e etc.

Atualmente a discussão acerca da educação inclusiva tem ganhado espaço nas academias e na sociedade. Essa inclusão reporta-se a diversos indivíduos que por muito tempo foram deixados a margem da sociedade, como, por exemplo, as pessoas com transtornos mentais. Esses indivíduos foram historicamente retirados do convívio social, e enclausurados em hospícios, que mais se pareciam com presídios. No entanto, com a criação de novas políticas de inclusão essa realidade tem sido modificada.

Foi a reforma psiquiátrica no Brasil que é contemporânea ao “movimento sanitário”¹ ocorrido nos anos 70, que propôs o direito e a integração da pessoa com transtorno mental na sociedade e na família tendo, essa última, papel fundamental para reintegração social do indivíduo com transtorno mental. A principal proposta dessa reforma era a luta pela cidadania da pessoa com transtorno mental.

Falar sobre educação na perspectiva da inclusão, é, sobretudo falar dos desafios que aparecem em nossa sociedade em relação a esse assunto, desafios que muitas vezes aparece nas famílias que não estão preparadas para lidar com esta realidade, desse modo entender como as famílias tem tratado dessas questões e como elas lidam na sociedade tem nos inquietado no sentido de compreender melhor esses elementos.

Em face desses questionamentos, essa pesquisa pretende oferecer reflexões para a seguinte pergunta: quais os principais desafios que os pais de filhos com transtorno mental enfrentam para a inclusão social e educacional desses? Assim, para tentar responder essa pergunta, essa pesquisa tem por objetivo: analisar os desafios que os pais que tem filhos com transtorno mental enfrentam para a inclusão social e educacional desses. Como desmembramentos desse objetivo, temos: a) discutir os principais elementos de inclusão para a criança com transtorno mental; b) compreender como as crianças com transtorno mental são incluídas na sociedade.

Nossos estudos, estão discorridos de modo que o leitor compreenda nosso percurso teórico metodológico, trazendo os principais instrumentos de coleta e análise dos dados, em

¹ Foi um movimento que propôs o Sistema Único de Saúde (SUS) como estratégia de um projeto de democratização da sociedade, buscando que todos tivessem qualidade de vida e boa condição de saúde.

seguida nossos resultados e discussão, apontando os principais elementos analíticos da pesquisa, em seguida nossas considerações finais, por fim as referências bibliográficas.

Metodologia

Para atender aos objetivos da pesquisa, a construção do objeto de estudo sobre a inclusão social de crianças com transtorno mental, pautamos a metodologia a partir da abordagem qualitativa que é profícua para se compreender os estudos sociais. Nesse sentido, Minayo ressalta que:

este tipo de pesquisa trabalha com um universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2009, p.21).

A abordagem qualitativa, por sua vez, esta pautada em uma perspectiva que concebe o conhecimento como sendo um processo que vai se construindo pelos sujeitos em suas interações cotidianas. Os procedimentos de coleta de dados basearam-se na escuta, na escrita e na interpretação das falas dos sujeitos. Sendo assim, utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista: [...] “ que é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador” (MINAYO, 2009, p. 64).

Tendo em vista que nossa pesquisa foi realizada através de um trabalho de campo², utilizamos o estudo do tipo etnográfico, que se torna importante segundo Ghedin e Franco (2008) justamente porque somente ele permite a compreensão do todo, das culturas, sua dinâmica e nas relações particulares que a compõem. Este estudo nos permite, pois compreender o outro dentro de seu espaço de possibilidades que se apresentam mediante seus comportamentos.

Para o desenvolvimento da pesquisa escolhemos o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)- localizado na cidade de Cupira/PE. A escolha desse campo para o cenário investigativo é pelo fato de nos sentimos inquietadas para estudar as questões relacionadas as crianças com transtornos mentais, e nesse local tivemos contato com nosso público alvo.

² O trabalho de campo constitui um conjunto de ações orientadoras dos procedimentos de pesquisa a ser realizada em determinado contexto com o objetivo de compreender um objeto de investigação (GHEDIN e FRANCO, 2008, p. 192).

Para o levantamento dos dados, elegemos os seguintes sujeitos de pesquisa: os pais de crianças que possuem transtornos mentais e que frequentam o CAPS. Responderam as questões da entrevista 03 (três) mães de crianças com essa deficiência, as quais ao longo da pesquisa serão chamadas de M1, M2 e M3, para garantir a integridade sigilosa de seus nomes. Essa quantidade de participantes se deu pela disponibilidade que elas apresentaram em participar.

A partir das questões que foram analisadas, utilizamos nesta pesquisa a perspectiva da análise do discurso que segundo Orlandi (2012, p.77) “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas”. Estas podem expressar um significado e um sentido que deverá ser interpretado pelo dito e não dito.

Resultados e discussão

Ao discutir sobre educação inclusiva se faz necessário fazer um breve histórico sobre a mesma. Essa abordagem é indispensável para que possamos compreender a dimensão em que tem se constituído esse tema. A educação inclusiva segundo Sanches e Oliveira (2011) ganhou destaque mundialmente, no final da década de 1970 fortaleceu-se a partir de 1980 e ganhou impulso no início de 1990.

Pensamos que inserir o indivíduo com transtorno mental no convívio social é um dever que compete primeiro a família, pois é nesse núcleo de convívio que deve partir a percepção sobre a importância de uma pessoa com deficiência, participar da vida social integrando-se em grupos sociais diversos. E depois dos centros que acolhem a esses sujeitos.

A educação como já diz Paulo Freire (1979), “é um instrumento para libertação”, então a mesma deve fazer parte da vida de todos os indivíduos mesmo que estes tenham condições mais delicadas para aprender. Numa sociedade ainda muito excludente falar em educação para pessoas deficientes de fato parece ser um incômodo para aqueles que não acreditam nesses seres como pessoas capazes de aprender, tanto quanto aqueles que não apresentam adoecimento mental.

As tentativas em tornar nossa sociedade menos excludente, tem levado muitas pessoas a questionarem, o que de fato é preciso para que se tenha um lugar onde todos possam ter livre acesso aos direitos e serem respeitados nas suas diferenças, ou seja, o que se fazer para

ter uma sociedade inclusiva. Para essas indagações os estudos de Sasaki (1997) vêm dizer que:

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (p.168-169).

Partindo dessas considerações concordamos com o autor porque percebemos que a inclusão deve garantir não apenas espaços acessíveis para os sujeitos, mas que garanta para todas as pessoas acesso a educação, respeitando a diversidade e as habilidades individuais, elevando assim a autonomia dos sujeitos.

Desse modo, buscando discutir os principais elementos de inclusão para a criança com transtorno mental, perguntamos junto às mães de crianças com transtorno mental na 1ª questão: como a sociedade num todo, tem oferecido espaços para discussão e inclusão das crianças com transtornos mentais? As respostas nos encaminharam para o seguinte:

Olha eu não vejo muito envolvimento não por parte dos governantes, que não se preocupam, com as crianças deficientes. As pessoas, algumas ajudam outras não olham, e aí vamos vivemos né (M1, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Tem muitas pessoas que ajudam nesse processo de inclusão, porém outras não se importam muito. A sociedade é muito dividida ainda (M2, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Enquanto espaços só temos mesmos os CAPS porque as escolas dizem que incluem mais na verdade é uma burocracia só, hoje em dia a sociedade aceita com mais facilidade, mais ainda observamos muitos olhares distorcidos para nossos filhos isso é muito difícil (M3, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Assim, observamos na fala das entrevistadas que, a questão da inclusão ainda é de fato um desafio, porém alguns avanços já podem ser notados em relação a essas questões, em nossa sociedade. A atenção a pessoas com transtornos mentais tem início nos séculos XIX e XX e no Brasil a partir da década de 70, a atenção a questão da doença mental cresce e desde então há Leis, projetos e pesquisas que têm sido realizados para garantir que os mesmos tenham os devidos cuidados e sejam respeitados e incluídos socialmente. Na Lei ° 10.216, de

6 de abril de 2001, que trata da proteção e dos direitos das pessoas com transtorno mental, encontramos:

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

- I_ ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;
- II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando a alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade;
- III – ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;
- IV – ter garantia de sigilo nas informações prestadas;
- V – ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;
- VI – ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;
- VII – receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;
- VIII – ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;
- IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental. (Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001).

Constatamos nesta Lei que, o olhar para a pessoa com transtorno mental ganha uma nova roupagem de humanidade, aqui vemos o cuidado para com esses indivíduos levando em consideração suas singularidades, presando pelo seu tratamento e socialização, evidenciando seus direitos como ser que integra a sociedade independente de suas deficiências.

As práticas inclusivas para crianças com transtorno mental refletem um campo de muitas indagações, sobretudo quando se refere a uma abordagem que busque enfatizar a condição desse sujeito enquanto um ser sociável, em que precisa interagir com outras pessoas da sociedade.

Desse modo, é importante compreender quais os principais desafios para incluir essas crianças na sociedade? Assim, perguntamos as mães na 2ª questão: quais os principais desafios enfrentados para a inclusão dessas crianças na sociedade, e como os profissionais do CAPS tem trabalhado para romper com esses desafios?

Olha em rodas de diálogo, observamos que a psicóloga instiga as crianças a falarem sobre sua rotina, sua vida em família, a sorrir, a brincar. Isso vai ajudando muito. Com relação aos principais desafios percebemos que são os

preconceitos que ainda existem (M2, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

As pessoas que trabalham aqui sempre brincam, ensinam a escovar os dentes, a se vestir, a tomar banho, cuidar do corpo, isso é muito bom é importante para a socialização de nossos filhos, isso ajuda com que eles tenham mais autonomia e aprendam a viver com mais tranquilidade. Os desafios que enfrentamos são muitos principalmente pelas condições de acesso e limitações nos espaços para levar nossos filhos e os preconceitos (M3, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Percebo um cuidado grande com eles, cuidam bem mostrando como tomar banho, cuidar da saúde e brincam muito com eles. Meu filho se diverte muito aqui. Os desafios são ainda o preconceito que as pessoas mostram ainda hoje (M1, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

A partir do exposto na fala das mães, percebemos que as formas como os funcionários do CAPS tentam incluir os pacientes se dá numa condição em que tenham liberdade para expor suas experiências pessoais junto às outras crianças, melhorando sua convivência no meio social, tornando assim a sua vida mais significativa apesar do transtorno que os acompanha.

Com base nessas considerações sobre as práticas que são vivenciadas no CAPS pela psicóloga e pelos funcionários desse local, podemos dizer que as mesmas estão atreladas no contexto da inclusão daqueles pacientes, garantindo assim sua aprendizagem de valores e costumes necessários para o convívio social através das práticas educativas que podem ser entendidas como:

Uma exposição, um debate, uma leitura, uma pesquisa bibliográfica, tomar notas, uma ação motivadora, uma observação, uma aplicação, um exercício, o estudo etc. Desta maneira, podemos definir as atividades ou tarefas como unidade básica do processo de ensino/ aprendizagem (...)” (ZABALA,1998, p.17).

Em outras palavras, a inclusão cria nesse espaço, ambientes e condições o mais parecido possível com os que vão ser vivenciados pelos sujeitos para além daquele portão. Por isso, é importante ressaltar que a inserção dos pacientes na sociedade como um todo os torna ainda mais autônomos e menos excluídos do meio que o cerca.

Em relação aos principais desafios, percebemos que um elemento que perpassa pela fala das três participantes da pesquisa se refere ao preconceito. Mesmo após muitos debates em nossa sociedade em relação ao rompimento dos estereótipos das crianças com transtorno mental, observamos que, esse é um desafio que precisa ser superado e falado em nossa

sociedade. Essas crianças precisam ser respeitadas como pessoas de direito.

Desse modo, pensando a partir desses elementos e no nosso 2º objetivo específico: compreender como as crianças com transtorno mentais são incluídas na sociedade, buscamos perguntar as mães na 3ª questão: como as crianças desse centro são incluídas na sociedade e que práticas favorecem essa inclusão? As respostas seguiram nessa direção:

Olha, a maneira como eles ensinam e se dedicam nesse centro ajudam nossos filhos a sentir-se melhor e mais preparados para lidar com o mundo, e claro com o nosso apoio eles conseguem (M2, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Não é difícil perceber a atenção e cuidado para incluir essas crianças na sociedade, são realizadas muitas reuniões para incentivar os pais a cada vez mais incluir seus filhos na sociedade, seja na escola, na própria família, na igreja e em outros espaços, que depende muito da deficiência né (M1, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

As práticas são de auto cuidado e contra o preconceito, há muitos incentivos para que nossos filhos sejam incluídos na sociedade, mais sabemos que não é fácil, muitas pessoas são preconceituosas e temos que aprender a viver com isso combatendo a cada dia (M 3, Extrato da entrevista, 16/09/2015).

Essas falas nos mostram o esforço que os profissionais têm feito para garantir a inclusão das crianças com transtornos mentais na sociedade, seja através de suas práticas educativas, ou através dos incentivos aos familiares que por sua vez precisam amparar e acompanhar o tratamento de seus parentes que, muitas vezes, também é feita por medicamentos.

No tocante modo de inserir os pacientes na condição de sujeitos participantes dessa sociedade, podemos destacar que o desenvolvimento das atividades propostas pelo CAPS, segundo a fala das participantes, leva em consideração o processo cognitivo dos pacientes e a sensibilidade do agir de cada um, o que para nós foi algo relevante no decorrer desse estudo uma vez que nos ajudou a compreender como perpassam as formas de se trabalhar as habilidades sociais desses indivíduos.

Fica evidente que as práticas pedagógicas vivenciadas pelo CAPS se revelam como uma forma de aproximar cada vez mais os pacientes aos setores da sociedade com vistas a novos hábitos sociais e romper com os desafios que foram sendo colocados ao longo dos anos, e que precisa ser ressignificado não apenas pelas pessoas que trabalham nos CAPS ou pelas famílias que tem parentes deficientes, mais por todos da sociedade num geral.

Essas questões nos norteiam a compreender que as ações humanas se desenvolvem no âmbito das

relações uns com os outros, o que implica dizer que a inclusão é possível na medida em que há essa interação entre os pares, sempre pensando em práticas que possibilitem a autonomia dos sujeitos com transtornos mentais e que vise cada vez mais a inclusão desses no meio social.

CONCLUSÕES:

Nossos estudos apontaram que os principais desafios em que os pais de filhos com transtorno mental enfrentam para a inclusão social e educacional desses, diz respeito ao preconceito enfrentado pela sociedade, que ainda aparece de forma muito presente, como podemos inferir a partir da fala das participantes da pesquisa. Percebemos também, que as práticas educativas para crianças com transtornos mentais de fato acontecem nesse centro e de forma variada, como por meio de debates, práticas estimuladoras do autocuidado e jogos, como também, orientações para compreender a importância da saúde desde pequenos (as).

A dinâmica de trabalho desenvolvida pelo CAPS o qual realizamos nossa pesquisa, abre as possibilidades de um diálogo entre os pacientes, familiares e funcionários tendo em vista, sempre o bem estar daqueles. A convivência no local mostrou que os profissionais são comprometidos com suas funções buscando sempre atender as demandas dos pacientes.

Percebemos de uma forma mais ampla, que as organizações que atendem a crianças com transtorno mental, como o CAPS, em geral têm uma função importantíssima para a construção da inclusão e autonomia dos seus pacientes, os mesmos buscam compartilhar saberes e valores que contribuem para a ressocialização dos sujeitos que deles participam e estão comprometidos com a construção de práticas que possibilitem as pessoas que têm algum tipo de transtorno mental conquistar seu espaço na sociedade.

Dessa forma, destacamos que a pesquisa contribuiu significativamente para nossa formação tendo em vista que nos possibilitou o contato com outras práticas educacionais que perpassam os muros da escola, fazendo com que muitos de nossos pensamentos fossem reorganizados a partir do contato com aquela realidade. Possibilitou-nos ainda, compreender melhor quais os desafios que as famílias têm enfrentado quando o assunto é inclusão social e como podemos pensar e repensar práticas que possibilite uma nova roupagem no que tange a educação inclusiva.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra, 1979.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2008.

MINAYO. C. de S. **O desafio da pesquisa social**. In: Deslandes, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gome; Maria Cécilia de Souza Minayo (organizadora. 28.ed. Petrópolis, RJ: vozes 2009.

ORLANDI, Eni. Discurso e leitura. São Paulo, Cortez, 2012.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. 6ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: Como Ensinar. Tradução Ernani F.da F. Rosa.- Porto Alegre: Artmed 1998.